

Tempo de ousadia: reminiscências da primeira mestre

A time of boldness:
a first master's reminiscences

Tiempo de osadía:
reminiscencias de la
primera magistra

*CICILIA M.KROHLING
PERUZZO*



Mestre em Comunicação Social pela Umesp e doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Ex-presidente (1999-2002) da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Foi professora na Universidade Federal do Espírito Santo e na Associação Educacional de Vitória (ES). É autora dos livros *Relações públicas no modo de produção capitalista* e *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania* e organizadora de diversas coletâneas de Comunicação. Publicou grande número de artigos em revistas científicas no País e no Exterior. E.mail: kperuzzo@uol.com.br.

PERUZZO, Cíclia M. Krohling. Tempo de ousadia: reminiscências da primeira mestre. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 25, n. 40, p. 21-37, 2o. sem. 2003.

Resumo

O texto procura rememorar a fase de implantação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PósCom) da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), a partir do ponto de vista de sua primeira mestre, que ingressou na primeira turma em 1979 e se titulou em 1981. Trata-se de uma reflexão sobre o significado de um curso de pós-graduação para alunos recém-saídos da graduação e, principalmente, sobre o contexto político vivido à época. Este contexto deu um colorido especial ao Programa, proporcionando um vínculo orgânico do PósCom na região do ABC Paulista, ao mesmo tempo em que inspirou e possibilitou estudos aprofundados sobre manifestações comunicacionais emergentes e, entre outros tópicos, as relações públicas. Analisam-se também as transformações ocorridas no universo da pós-graduação no País, 25 anos depois de sua fase inicial.

Palavras-chave: ABC Paulista – Movimentos populares – Relações públicas e classes subalternas – Pós-Graduação em Comunicação Social – Mestrado – Universidade Metodista de São Paulo.

Abstract

The text recollects the implementation stage of the Social Communication Graduate and Post-Graduate Program (PósCom) of the Methodist University of São Paulo (Umesp), from the first student's perspective, having this alumna started her course in the class of 1979 and majored in 1981. Her reasoning goes over the meaning of a graduate course for undergraduate students who have recently graduated, focusing on the political context at that time. That context itself brightened up the program, binding the PósCom to the ABC Paulista area, while inspiring and enabling broad studies on the emerging communication manifestations and, among other themes, the public relations field. The transformations that took place in the graduate and post-graduate programs in Brazil over the last 25 years are also analysed.

Keywords: ABC Paulista – Popular movements – Public relations and underclasses – Communication Graduate and Post-Graduate Courses – Master's degree – Methodist University of São Paulo.

Resumen

El texto busca rememorar la fase de implantación del Programa de Posgrado en Comunicación Social (PósCom) de la Universidad Metodista de São Paulo (Umesp), desde el punto de vista de su primera magistra, que ingresó en el primer grupo en 1979 y se graduó en 1981. Se trata de una reflexión sobre el significado de un curso de posgrado para alumnos recién graduados y, principalmente, sobre el contexto político vivido en aquella época. Este contexto dio un colorido especial al programa, proporcionando un vínculo orgánico del PósCom en la región del ABC Paulista, inspirando y posibilitando, al mismo tiempo, profundos estudios sobre manifestaciones comunicacionales emergentes y también sobre las relaciones públicas. Se analizan también las transformaciones ocurridas en el universo de la posgraduación en el país, 25 años después de su fase inicial.

Palabras claves: ABC Paulista – Movimientos populares – Relaciones públicas y clases subalternas – Posgrado en Comunicación Social – Maestría – Universidad Metodista de São Paulo.

Introdução

Estar vivo em 1979¹ e nos anos que se seguiram significou, para muitos, a oportunidade de vivenciar uma grande ousadia histórica: foi o momento em que as manifestações populares contra os ditames da ditadura militar² instaurada no Brasil sob a égide do AI-5, em 1964, começaram a ganhar mais força e visibilidade pública.

-
1. Ano do ingresso da autora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Umesp - Universidade Metodista de São Paulo. Vindo de Vitória (ES), onde atuava como professora do Curso de Comunicação Social da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, a entrada no mestrado significou um desafio especial: deixar para trás uma vida arrumadinha, para cursar uma pós-graduação, numa época em que a titulação não significava promoção nem aumento de salário nas universidades federais do País e trocar uma cidade pacata e praiana por São Paulo, que dispensa adjetivos.
 2. Referi-me ao impedimento à participação nos processos eleitorais para governador de Estado e presidente da República; aos sindicatos controlados pelo Estado; à negação das manifestações públicas de contestação e reivindicação e mesmo de organização popular; à censura aos meios de comunicação de massa; e à repressão direta e implacável a todos que ousassem se manifestar contra a ordem estabelecida. Nas palavras de Vinícius Caldeira Brant (1983, p. 13), o regime militar bloqueou os “canais institucionais de representação popular – como os partidos políticos, as câmaras legislativas, os sindicatos e as associações de massas”.

A primeira greve dos metalúrgicos do ABCD Paulista³, após 1964, eclodiu em 12 de maio de 1978⁴. É nessa época que “as máquinas param; a classe operária volta a cena. Março de 1979: os braços novamente estão cruzados: começa a nascer a democracia” (Antunes, 1985, p. 81). O significado histórico desse acontecimento não deixa margem a dúvidas, uma vez que se dava

a volta da classe operária à cena política nacional, de onde, aliás, nunca saiu, mas que, especialmente após o desastre de 1968 [greve de Osasco], teve sua atuação extremamente limitada e isolada, através de lutas esparsas dentro das fábricas, como as “operações-tartaruga”. Nessas os operários diminuía o ritmo de trabalho fazendo cair consideravelmente a produção, “amarrando a produção” como dizem, e com isso forçando o patronato a dialogar e a conceder aumentos salariais. [...] Em fins de 1977 o quadro começou a mudar. [...] Não mais agüentando o ônus oriundo do arrocho salarial e aproveitando-se de uma denúncia do Banco Mundial [...]. O Governo tinha usurpado e manipulado através de nefastas fórmulas matemáticas significativa parcela do salário real dos operários [...]. Foi então que os trabalhadores iniciaram um intenso processo de mobilização nas fábricas e nos sindicatos pela reposição salarial (Antunes, 1985, p. 82-83).

O Movimento do Custo de Vida reuniu cerca de vinte mil pessoas batendo panelas vazias na Praça da Sé, em São Paulo, no ano de 1978, como forma de protestar contra a carestia e o empobrecimento das classes populares (Peruzzo, 1998, p. 40).

É também nessa época que os meios de comunicação de massa começam a tornar públicas as resistências populares contra o despejo de ocupações de terrenos urbanos e contra os loteamentos clandestinos na capital paulista.

3. Expressão que designa a região composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, que tem como característica principal a concentração de indústrias e montadoras de automóveis.

4. Em Osasco (SP) e em Contagem (MG) os metalúrgicos ousaram fazer greves já em 1968, contra o arrocho salarial, mas foram duramente reprimidas pelo regime militar, até mesmo com prisões e a intervenção nos sindicatos. Os trabalhadores levaram dez anos para se recompor em suas bases sindicais (Antunes, 1985, p. 77-79).

A imprensa alternativa (ou nanica)⁵ ganha força com a “distensão política” do regime militar (1974-1978). Driblando a censura e denunciando a repressão, o desrespeito aos direitos humanos e criticando o modelo econômico, ela desempenha um papel fundamental na circulação de informações então ausentes na grande imprensa⁶.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁷ seguem com seu trabalho junto à população católica, incentivando a organização popular, com a clareza da necessidade de que cada um se tornasse “fermento na massa”. É delas que nascem os clubes de mães, os movimentos locais por creches, a oposição sindical etc., que tiveram um papel importante no processo de consciência, organização e ação das classes populares. Sem falar na importância da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), que atuaram como aliados na publicização dos princípios democráticos no campo dos direitos humanos e da liberdade de imprensa.

Nesse contexto, as comissões de moradores e outros movimentos de bairro (por transporte coletivo, escolas etc.), as associações de moradores, o movimento negro, os movimentos femininos, o movimento estudantil, entre outros, com sua ação a favor das liberdades democráticas, foram criando um clima favorável para a articulação pública e para a manifestação aberta dos movimentos sociais surgidos da base (Brant, 1985, p.14).

PósCom: raízes fincadas no ABCD, mas aberto ao Brasil e ao mundo

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Umesp - Universidade Metodista de São Paulo, criado em 1978⁸,

5. Entre 1964 e 1980, período da ditadura militar no Brasil, segundo Bernardo Kucinski (1991, p. XIII), nasceram e morreram cerca de cento e cinquenta periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar.

6. Ver Kucinski (1991).

7. Organizações que emergem da ala progressista da Igreja Católica.

8. O Curso de Mestrado da Metodista foi o quinto curso de pós-graduação *stricto sensu* a ser instalado no País. Na época existiam os cursos da ECA-USP (1972), da UFRJ (1973), da UnB (1974) e da PUC/SP (1978).

surge nesse contexto de grande efervescência política na sociedade brasileira. A ditadura militar começa a ser mais claramente questionada por uma sociedade civil, que durante anos suportou – ou apoiou⁹ – o cerceamento das liberdades e dos direitos da pessoa humana e a repressão brutal a todas as manifestações que, de alguma maneira, contrariassem ou criticassem a ordem estabelecida; o sistema econômico, o Governo e todas as suas instâncias de operacionalização, a desigualdade social, a tortura etc. Enfim, as manifestações de descontentamento na sociedade civil com o status quo são crescentes.

Por outro lado, o Governo Geisel (1974-1979) começa a ceder e chega a admitir a “distensão”, abrindo espaço para uma “democracia relativa” ou “lenta, gradual e segura”, apesar de em 1977 ainda ter fechado o Congresso Nacional e editado o “pacote de abril”¹⁰. Assim, no período em questão, o clima geral do País já era de mais abertura e, mesmo que o medo e a repressão ainda permeassem as universidades, havia grande interesse e mobilização em torno de mudanças na sociedade.

É natural que um curso de pós-graduação numa organização de fundamentação religiosa como o então Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS)¹¹, sediado em São Bernardo do Campo, não ficasse imune às transformações do meio onde se inseria. A conjuntura histórica certamente ajuda a explicar a abertura do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, desde o início até os dias atuais, ao ensino, à pesquisa e à extensão voltados para questões da comunicação que afetam as classes populares. Sua atenção à comunicação periférica à grande mídia – embora sempre tenha se dedicado também aos temas relacionados à grande

9. A sociedade é plural: sempre há também os cúmplices e defensores das ditaduras.

10. O “pacote de abril” redefiniu o colégio eleitoral que elegia indiretamente os governadores, instituindo o “senador biônico” (não eleito pelo voto popular) e aumentando para seis anos o mandato do presidente da República.

11. O Instituto Metodista de Ensino Superior daria origem, em 1997, à Universidade Metodista de São Paulo.

imprensa e aos demais meios de comunicação de massa convencionais, marca o percurso histórico do PósCom¹².

Um exemplo está na realização pioneira de um curso de extensão para capacitação em vídeo para grupos que atuavam junto aos movimentos populares, em 1983. A iniciativa foi promovida pelo Núcleo de Estudos da Memória do ABC, ligado ao Centro de Pós-Graduação do então IMS, e teve como tema central “Vídeo como instrumento de animação cultural e intervenção social”. Do curso surgiu o projeto coletivo Videoclat¹³, de documentação do Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat) que teve lugar em agosto de 1983, reunindo mais de cinco mil trabalhadores do campo e da cidade de todo o País, tendo emergido dele a CUT- Central Única dos Trabalhadores¹⁴ (Santoro, 1989, p. 64-65).

Em nível de ensino formal, várias disciplinas sobre as questões de comunicação e culturas populares foram e continuam sendo ministradas no PósCom. Em termos da pesquisa desenvolvida pelos pós-graduandos, temas relacionados às rádios e televisões livres e comunitárias, aos jornais de bairro e a outras manifestações comunicacionais grupais e educativas permeiam as estantes das dissertações e teses defendidas no Programa.

12. Basta lembrar que por ali passaram professores como Luiz Roberto Alves, Regina Festa, Luiz Fernando Santoro e Joana T. Puntel, que se responsabilizaram por linhas de pesquisa na perspectiva da comunicação popular e deixaram suas marcas na bibliografia sobre comunicação e cultura das classes subalternas. Em 1999 foi criada a sub-linha de pesquisa denominada Mídia Local e Comunitária, coordenada pela autora deste texto, o que mostra que a Umesp continua assegurando o espaço para estudos do gênero.

13. Participantes do projeto: Cepis - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, Cepase - Centro de Pesquisa e Assessoria Sócio-Econômica, CEPS-ABC - Centro de Estudos Políticos e Sociais do ABC e o Núcleo de Memória Popular do ABC (Santoro, 1989, p. 65).

14. A I Mostra Brasileira de Vídeo Militante que tornaria públicos os trabalhos decorrentes dessa experiência, promovida pelo jornal Folha de S. Paulo, pela Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da comunicação e pela UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social, foi impedida de se realizar por ordens da Polícia Federal (Santoro, 1989, p. 65).

No entanto, o espaço proporcionado ao estudo da comunicação e cultura populares não significa que todo o Programa tenha se voltado a esses temas. A pluralidade de linhas de pesquisa, a diversidade conceitual, a preocupação com a interdisciplinaridade e a investigação dos mais diversos fenômenos da comunicação social sempre balizaram sua estrutura.

Pós-graduação: símbolo do contato com o novo

Olhando para trás, ou seja, para os anos 1979, 1980 e 1981, período de minha permanência como aluna do mestrado¹⁵, percebo claramente que minha dissertação, a primeira a ser ali apresentada, em dezembro de 1981¹⁶, só foi possível devido à abertura do PósCom e do professor-orientador para a realização de um trabalho que destoava da concepção de relações públicas predominante no Brasil à época¹⁷.

15. Nessa época o mestrado funcionava no andar térreo do Edifício Lambda, de frente para a praça ainda existente e que servia de alento, numa metrópole cercada de cimento como a Grande São Paulo, e de acolhida para meu esposo e meus filhos, que de vez em quando me poupavam do desgaste de tomar dois ônibus, à noite, para chegar à capital.

16. O fato de ter sido a “pioneira” me acarretou certa dificuldade ao tentar ingressar no doutorado na ECA-USP: o credenciamento do Mestrado foi concedido pelo Governo Federal a partir de janeiro de 1982. Portanto, minha defesa – em dezembro de 1981 – ocorrera fora do período. Ao mesmo tempo em que o IMS tentava solucionar a pendência, a minha dissertação foi submetida a “exame de mérito” no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA, tendo sido reconhecida com base em parecer emitido pelo Prof. Dr. Ivan Santo Barbosa.

17. Aqui é impossível não recordar a minha emoção no dia da defesa da dissertação. Após travar uma “batalha” com alguns dos membros da banca (professores Dr. Onésimo de Oliveira Cardoso – Umesp, Dr. José J. Queiroz – PUC/SP e Dr. José Marques de Melo – Umesp), além de outra um tanto quanto velada no auditório (o Prof. Dr. Cândido Teobaldo de Souza Andrade estava entre o público assistente: disseram-me que ele estava chateado porque não tinha sido convidado para participar da banca), o presidente anunciou o interesse da Cortez e Moraes na publicação da dissertação em livro. Com o desmembramento desta, a obra, já na segunda edição, passou a ser editada pela Summus.

O PósCom era coordenado pelo professor José Marques de Melo, que também me orientou na elaboração da dissertação. Sem querer entrar em detalhes sobre o conteúdo desta, publicada em livro no início de 1982, com o título de *Relações públicas no modo de capitalista*, queremos apenas explicitar que ela procurou entender a essência das relações públicas no capitalismo. Ou seja, como elas são utilizadas pelas empresas, com a finalidade de aumentar a produtividade do trabalho através da cooperação, e por organismos da sociedade civil e pelo Estado, como forma de obter o consenso e a hegemonia política na sociedade. Por outro lado, discutiram-se as possibilidades de seu uso a serviço dos interesses populares, num último capítulo, denominado de “Relações públicas na contramão”¹⁸.

Já se vislumbrava, portanto, que as relações públicas, embora historicamente comprometidas com os interesses das classes dominantes, poderiam ser usadas também pelas classes subalternas, mais especificamente por movimentos sociais, comunidades, sindicatos de trabalhadores e organizações sem fins lucrativos de uma maneira geral, como o objetivo de melhorar seus relacionamentos, comunicar sua visão de mundo e angariar aliados tendo em vista a transformação social. Nos dias atuais, essa proposta não tem nada de estranho, mas na época parecia absurda para alguns. Entre os acadêmicos e profissionais mais presos à visão tradicional, não era o caso de se fazer tal distinção, pois, afinal, as ações de relações públicas já se baseariam em motivos altruístas. Para o pessoal de esquerda, principalmente dirigentes sindicais, parecia até um desrespeito propor que uma atividade, visivelmente a serviço do capital, pudesse ser utilizada em benefício dos trabalhadores ou das comunidades.

A primeira provocação que me fez pensar nas relações públicas na contramão, ou populares, veio do meu orientador, quando sugeriu que eu montasse e coordenasse um painel sobre o tema para o IX Congresso Brasileiro de Comunicação Social¹⁹,

18. A dissertação, transformada em livro, despertou amor e ódio, mas até hoje continua sendo usado nas universidades do País.

19. Promovido pela UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social.

realizado na Metodista, em 1980. O painel, “Relações públicas: como servir aos interesses populares”²⁰, pode ser caracterizado como o primeiro momento em que se fez, no Brasil, uma discussão aberta sobre a possibilidade de as relações públicas poderem ser aproveitadas pelas classes subalternas em benefício de seus interesses. Além da autora, participaram, como palestrantes, Margarida M. Krohling Kunsch, professora da Metodista, José J. Queiroz, professor da PUC/SP, e Anísio Batista, operário metalúrgico atuante na região do ABC.

Aos poucos, e principalmente após a publicação do livro *Relações públicas no modo de produção capitalista*, a proposta das relações públicas a serviço dos interesses das classes subalternas foi sendo aceita por alguns professores e passou a ganhar adeptos em diferentes universidades do País, mormente junto a alunos de graduação, que passaram a elaborar monografias e trabalhos de conclusão de curso nessa perspectiva²¹. Têm-se destacado, neste sentido, a Universidade Metodista de São Paulo, a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Universidade Luterana do Brasil, a Universidade Federal de Alagoas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre outras. Em algumas delas, já desde a década de 1980 vêm sendo realizadas monografias e projetos de

20 A proposta temática do evento, que foi divulgada em folheto por ocasião do congresso, encontra-se reproduzida no livro *Relações públicas na Umesp: 30 anos de história* (Teixeira, 2002, p. 71). Ver também o livro *Relações públicas no modo de produção capitalista* (Peruzzo, 1986, p. 126-128), que traz parte do que foi apresentado na ocasião.

21. Sob o título “A dimensão comunitária das relações públicas”, Margarida M. Krohling Kunsch (1997, p. 37-38) mostra que o desenvolvimento das relações comunitárias ocorreu a partir da década de 1980. Diz a autora, textualmente, ter sido nessa época que ela percebeu que o trabalho de relações públicas “não podia se voltar apenas para as empresas e o governo [...]. “Ele devia estender-se a qualquer tipo de organização e também aos movimentos sociais. Isso colaborou para colocar a atividade sob uma nova ótica, gerando um conceito mais positivo para a profissão, desgastada pelo atrelamento ao regime militar em décadas anteriores”.

intervenção social em comunidades ou organizações sem fins lucrativos, por parte de formandos em relações públicas, sob a orientação de professores como Margarida M. Krohling Kunsch, Luzia Yamachita Deliberador, Regina Escudero César, Ricardo Ferreira Freitas, Marcio Simeone Henriques, Marta Campos, Luiz Gonzaga Costa de Oliveira, Eugenia Wendhausen, para citar alguns. Também foram aparecendo dissertações de mestrado e artigos sobre o assunto, desenvolvidos por alguns dos professores mencionados.

Chegar às análises realizadas na dissertação, sobre como as relações públicas são utilizadas a serviço do capital e dos governos, bem como sua apropriação pelas classes populares, foi um processo quase natural e muito gratificante, uma vez que o arcabouço teórico oferecia elementos para tanto: bastava “ler” a realidade²². Ele foi propiciado pelo Instituto Metodista, mediante leituras de obras clássicas relacionadas nas disciplinas cursadas do próprio Programa de Pós-Graduação, e também pela PUC/SP e pela ECA-USP, que freqüentei por iniciativa própria, a título de complementação.

Essa referência se faz necessária, porque quero salientar que cursar uma pós-graduação naquela época representou o contato com o novo, ou seja, com as teorias e metodologias explicativas das estruturas e da dinâmica na sociedade, além dos processos de pesquisa. Significou, ainda, a possibilidade de tentar entender a realidade e o movimento na sociedade, relacionado prática e teoria. Se saliento essa passagem é porque quero chamar a atenção para sua importância também no contexto atual do ensino pós-graduado²³.

22. O texto de N. Bogomolova, *Teoria das “relações humanas”: instrumento ideológico dos monopólios* (Venda Nova - Amadora: Novo Curso Editores, 1975), deu pistas importantes para essa leitura.

23. Permito-me fazer um lembrete, principalmente aos bolsistas: a complementação de estudos através da freqüência a disciplinas em outros programas de pós-graduação em Comunicação ou afins, mesmo que seja como ouvinte ou aluno especial, pode contribuir muito na formação.

Parece-me que, ao cursar uma pós-graduação, todo aluno pretende dar um passo adiante em relação a tudo o que viu e fez na graduação. É claro que esse passo depende, em grande parte, do próprio aluno, mas se não houver o compromisso da instituição quanto a criar condições para que isso ocorra, muitas das boas idéias de pesquisa podem ser perdidas. Refiro-me, especialmente, à qualidade das disciplinas oferecidas, à realização de eventos extracurriculares pelo Programa, à acolhida de projetos inovadores de alunos, à provocação para que ousem organizar atividades científicas, ao incentivo para apresentem trabalhos em congressos e publiquem ensaios e assim por diante²⁴.

A liberdade de trabalho proporcionada a estudantes pode contribuir para que se façam estudos inovadores capazes de contribuir para o avanço do conhecimento na área da Comunicação. Neste sentido, a rigidez exigida das linhas de pesquisa no atual sistema de pós-graduação²⁵ em Comunicação Social, ao mesmo tempo em que é benéfica – pois força a concentração de pesquisas sobre temas aderentes às mesmas, ajudando a corrigir o problema da dispersão temática, que já foi uma das características da área –, também pode ocasionar o abandono de idéias inovadoras simplesmente pelo fato de não existir linha de pesquisa já montada e que possa absorvê-las.

Tenho dúvidas se a minha dissertação de mestrado se “encaixaria” em algumas das linhas de pesquisa hoje existentes no Programa da Umesp. No entanto, meu próprio orientador reconheceu o seu pioneirismo. Dizia Marques de Melo, no prefácio do livro (p. XVI):

Como todo trabalho pioneiro, este livro [...] certamente suscitará polêmicas. É possível até mesmo que venha a ser recebido com animosidade por aqueles grupos ou instituições que se considerem desnudados

24. Justiça seja feita: durante os três anos em que tive a satisfação de conviver como aluna do curso de pós-graduação da Umesp, o professor José Marques de Melo foi o grande artífice que empreendia tais realizações, com ousadia e segurança.

25. Sob a orientação da Capes - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

pela sua pesquisa desmistificadora. De uma circunstância, porém, ele não escapará: a de constituir um marco, em certo sentido um divisor de águas, no estudo das relações públicas em nosso País. Depois dele será mais difícil continuar tecendo uma imagem apolítica das relações públicas, justificando a sua prática como ação profissional à margem dos antagonismos de classe.

Mas, voltando à questão das condições apropriadas para o avanço do aluno num curso de pós-graduação, quero frisar a importância de que os conteúdos programáticos sejam densos e possam propiciar o domínio dos fundamentos teóricos e metodológicos para a compreensão dos fenômenos comunicacionais e das sociedades onde se inserem. Transitando entre os cursos da Umesp, da PUC/SP e da USP²⁶, pude ter contato com a filosofia da ciência, métodos e técnicas de pesquisa, teorias da comunicação, com os fundamentos da ciência política, da constituição da sociedade civil, da história, da comunicação e educação dialógicas, como também com as teorias tradicionais das relações públicas e da publicidade e, acima de tudo, com os fenômenos dos meios de comunicação de massa, especialmente da ordem transnacional e mundial no fluxo da informação, e da então emergente proposta de criação de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic).

Tal amplitude pode parecer exagerada para alguns. Mas, do meu ponto de vista, ela não o é. Primeiro, porque não se faz pós-graduação *stricto sensu* somente para buscar um título (de mestre ou de doutor) ou para aprender apenas aquilo que seja diretamente aplicável à dissertação ou tese, mas para ampliar a bagagem de conhecimentos que o estudante transporta para o mundo do trabalho, seja na academia – como professor – ou em qualquer outra organização produtiva ou de serviços. Segundo, porque é no aspecto do aprofundamento teórico que está o diferencial de um curso de

26. Durante o mestrado, tive, entre outros, os seguintes professores: José Marques de Melo, Jaci Maraschim, Onésimo de Oliveira Cardoso, Neusa Meirelles, Paulo José Krischke, Paulo Freire, Octavio Ianni, Luiz Eduardo Wanderley, Cândido Teobaldo de Souza Andrade e Modesto Farina.

pós-graduação *stricto sensu*, assim como dos cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*) e de graduação, pois ele favorece a superação dos próprios limites, dando asas à criatividade e ao livre-pensar. Terceiro, porque é no mestrado que se estabelecem as bases de uma formação para o doutorado. Parece-me que atribuir somente à etapa de doutoramento a responsabilidade por uma solidez na formação teórica e metodológica pode se constituir num equívoco, a menos que os cursos de graduação e especialização passem a dar conta de um espectro mais profundo de conhecimentos. A experiência do mestrado marca a vida acadêmica de qualquer estudante. Ele levará esse aprendizado para seus cursos seguintes, seja para reproduzi-lo, mesmo que apenas em parte, ou para superá-lo, na melhor da hipóteses.

Nessa perspectiva, é preocupante a tendência institucionalizada²⁷ de redução crescente do tempo e, conseqüentemente, das exigências em termos de número de créditos e qualidade da pesquisa, para a realização do mestrado²⁸. Trata-se de fato de uma questão contraditória. Ao mesmo tempo em que aumentam as exigências em relação à melhoria da qualidade, as condições para que elas sejam cumpridas são dificultadas. Mas não é possível generalizar. Há diferenças na demanda, na qual há desde recém-graduados e pessoas distanciadas das teorias e metodologias, com dificuldades de dar vãos próprios, até aqueles que já entram para o mestrado possuindo sólida formação e acumulação de experiências em pesquisa e na elaboração de trabalho científico, para os quais dois anos são mais do que suficientes.

Quando falo do avanço esperado num curso de pós-graduação, refiro-me, ainda, à importância da liberdade que o orientador proporciona ao aluno e de seu apoio e sua orientação no processo de elaboração das dissertações e teses. A liberdade do aluno quanto à escolha e delimitação do tema e do problema de pesquisa é condição *sine qua non* para o avanço da ciência.

27. A Capes - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior recomenda o tempo de dois anos, atualmente.

28. Sem falar no fato de a maioria dos alunos de pós-graduação ter de exercer suas atividades profissionais simultaneamente com o período de estudo.

Minha experiência, como orientanda do professor José Marques de Melo, a quem sou grata até hoje por ter sido um verdadeiro orientador e não um tutor, não deixa dúvidas quanto à importância de que a decisão sobre o que e como investigar esteja sob o poder do estudante. Não é viável a um aluno de pós-graduação desenvolver uma boa pesquisa sobre um problema que esteja claro somente na cabeça de outra pessoa, ou seja, do orientador.

O PósCom-Umesp proporcionou aos seus primeiros alunos²⁹, segundo o que posso testemunhar, e certamente aos alunos subsequentes, descobertas teóricas e analíticas como as acima referidas e muito mais. Cite-se, por exemplo, o incentivo a apresentarem trabalhos em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais, a publicarem resenhas e ensaios em revistas científicas e coletâneas, a se associarem a entidades científicas. E, sobretudo, o estímulo a continuarem a pesquisa científica e darem o melhor de si para a melhoria do ensino de graduação em Comunicação Social.

Tanto os alunos residentes na capital paulista e em cidades do interior de São Paulo, como aqueles procedentes de outros estados do sudeste, sul, centro-oeste, norte e nordeste, nos quais ainda não existem cursos de pós-graduação em Comunicação Social, contribuem para a oxigenação teórica dos cursos de graduação nos quais atuam como professores. Retornando às suas cidades de origem, muitos puderam, ainda, dar seu aporte para a disseminação de novas idéias, como a participação em eventos científicos em outros centros urbanos, a renovação dos currículos de graduação, o incentivo à iniciação científica na graduação, a participação em comissões internas voltadas ao desenvolvimento da pesquisa e a formação de núcleos de pesquisa em Comunicação em suas universidades.

Desse modo, cursar um mestrado pode significar um start para um envolvimento posterior, talvez até mais importante do que o próprio curso de mestrado em si. A constatação pode ser

29. Como Rogério Cadengue, Gerson Moreira Lima, Dionéia Mancuso, Cinara Augusto etc.

feita a partir da presença de muitos dos ex-alunos do PósCom, espalhados por todo o Brasil, em atividades como aquelas mencionadas acima e também da continuidade que muitos deram aos seus estudos, cursando o doutorado, avançando na pesquisa, publicando livros e artigos, contribuindo dessa forma para o avanço da pesquisa em Comunicação no Brasil.

Se na época em que fiz o mestrado na Umesp eram apenas cinco os programas de pós-graduação em Comunicação existentes no País, em 2003 são vinte. O número de trabalhos de pesquisa apresentados em congressos científicos é alto. Só os congressos anuais da Intercom³⁰, com seus dezoito núcleos de pesquisa e a sessão de temas livres, chegam a acolher aproximadamente quinhentos trabalhos. Há, ainda, os seminários, congressos e simpósios regionais, o encontro anual da Compós - Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e os eventos internacionais que recebem uma afluência significativa de pesquisadores e estudantes brasileiros apresentando e discutindo os resultados de suas pesquisas.

Vê-se que, em vinte e cinco anos, a realidade da área acadêmica da Comunicação Social mudou substancialmente³¹. Passou dos marcos iniciais da constituição de um campo acadêmico e científico para a sua consolidação.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo C. O que é sindicalismo. 10a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOGOMOLOVA, N. Teoria das “relações humanas”: instrumento ideológico dos monopólios. Venda Nova – Amadora (Portugal): Novo Curso Editores, 1975.

30. Que comemorou seu jubileu de prata em 2002 e que muito contribuiu para a consolidação da comunicação enquanto área do conhecimento.

31. No nível interno dos programas de pós-graduação é crescente a preocupação e o esforço para se avançar na compreensão dos fenômenos próprios da comunicação, o que se constitui num grande contraste com o início da pós-graduação em Comunicação Social no País, quando era normal (e mais marcante do que hoje) o estudo de objetos aderentes às outras áreas das ciências e não somente à comunicação social.

BRANDT, Vinicius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: BRANT, V. C. & SINGER, Paul (Orgs.) São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1983. p.9-28

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____. Relações públicas no modo de produção capitalista. 2a. ed. São Paulo: Summus, 1986.

SANTORO, Luiz Fernando. A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

TEIXEIRA, João Evangelista. Relações públicas na Umesp: trinta anos de história. São Bernardo do Campo: Editora Umesp, 2002.